



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.337.082/0001-80
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 26/2022
Art. 75 da lei 14.133/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2022

TERMO DE CONTRATO ENTRE O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA: F A R
COELHO E CIA LTDA CNPJ: 27.648.471/0001-
67.

Pelo presente instrumento a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRINHA/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 11.337.082/0001-80, com sede na Rua 21 DE Abril, nº 1525, Centro, CEP: 77.915-000 – CACHOEIRINHA, neste ato representado por seu Gestor em exercício, o Senhor: GEANDRO PAIVA DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliada na rua das palmeiras, Centro, Cachoeirinha, portadora do CPF nº 026.903.631-86, doravante denominada F A R COELHO E CIA LTDA Av. Nossa Senhora de Fátima CEP 77.900-000, TOCANTINOPOLIS-TO, doravante denominado CONTRATADA, representado neste ato pelo Senhor: Francisco de Assis Ribeiro Coelho CPF nº 623.810.671-91, resolveram na forma da Lei nº 14.133/2021, mediante os termos e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato decorre do Processo de Dispensa de Licitação pelo Gestor Fundo Municipal de Saúde de Cachoeirinha, referente ao *Processo Administrativo Nº 22/2022* realizada por sua determinação agindo no exercício de suas atribuições constitucionais, com base na Lei n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, e tem por finalidade estabelecer os compromissos entre as partes signatários com objetivo Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráfico para atende Fundo Municipal de Saúde.

1.2. A Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráfico para atende Fundo Municipal de Saúde. Enquadra-se em hipótese de Dispensa de Licitação, prevista no artigo 75 da Lei 14.133, No caso em questão, em tese, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que os preços a serem pagos pela prestação dos serviços já são pré-estabelecidos conforme dotação orçamentaria.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor deste contrato é de forma *estimada*, tendo em vista, a demanda das necessidades, sendo calculado pelos seguintes critérios:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUA NT.	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Fichas de Atendimento Odontológico Individual, formato 8, 100x1, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
02	Fichas de Atendimento Individual, formato 8, 100x1, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
03	Fichas de Visita Domiciliar, form.8, papel 56gramas, 100x1 fls	Bls	10	28,00	280,00
04	Fichas Agentes Comunitários form. 8, papel 56 gramas, 100x1 fls	Bls	10	28,00	280,00
05	Cadastro Individual, form.8, 100x1 fls, papel 56 grmas	Bls	10	28,00	280,00
06	Cadastro Domiciliar, form.8, 100x1 fls, papel 56 grmas	Bls	10	28,00	280,00
07	Programa Nacional de Controle da Dengue - PNCD, form. 8, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
08	Departamento de Arrecadação, form. 8, papel 75 gramas	Bls	10	28,00	280,00
09	Crachás em pvc completo	Unid	10	27,00	270,00

B *A*



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.337.082/0001-80

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



10	Carimbos automáticos, 18/48mm	Unid	10	89,30	892,97
11	Formulários boletim de chagas 01, form.8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
12	Ficha de notificação, form.8, 50x2vias, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
13	Termo de Infração, form. 8, 50x2 vias, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
14	Carimbos automáticos, 14/38mm	Unid	10	65,00	650,00
15	Fichas de Atendimento Individual, formato 8, 100x1, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
16	Sistema Referencial Geográfico R01, form.8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	10	28,00	280,00
17	Resumo Semanal do Serviço Antivetorial, form.8, papel 56 gramas, 100x1 fls	Bls	10	28,00	280,00
18	Requisição de Exame Citopatológico, form. 8, frente e verso, papel 75 gramas	Bls	10	29,50	295,00
19	Registro Mensal das Atividades de Vigilância Entomológica, form. 8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Unid	10	28,00	280,00
20	Fichas SSA2, form.8, 100x1 fls, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
21	Ficha B-Ges, form.8, 100x1 fls, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
22	Ficha A, frente e verso, form.8, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
23	CHA-CD, form. 8, f/verso, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	10	29,50	295,00
24	Placas de pvc adesivadas	M²	12	340,00	4.080,00
25	Ficha B-Dia, form.8, 100x1 fls, frente e verso, papel 56 gramas	Bls	12	29,50	354,00
26	Blocos requisição de mamografica, form.8, em papel 56 gramas	Bls	15	28,00	420,00
27	Identificação do Paciente, form.8, frente e verso, 100x1 vias, papel 56 gramas	Bls	15	29,50	442,50
28	Ficha Cadastramento da Gestante, form.8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	15	28,00	420,00
29	Placas em lona 380 gramas metalon 20/30	M²	17	195,00	3.315,00
30	Ficha visita diária ACS, form. 32, 100x1 fls, papel 56 gramas	150	20	10,76	215,29
31	Baneres em lona 380 gramas	M²	20	105,00	2.100,00
32	Faixas em lona	M²	30	105,00	3.150,00
33	Atestado médico, formato 16, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	30	14,50	435,00
34	Receituário B, Form. 16, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	35	13,90	486,50
35	Pedido de exame, formato 16, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	35	14,50	507,50
36	Receituário Controle Especial, form.16, 50x2 vias, papel 56 gramas	Bls	40	14,50	580,00
37	Ficha de Encaminhamento referencia, form.8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	40	28,00	1.120,00
38	Ficha de Encaminhamento e Contra Referência, form.8, 100x1 fls, papel 56 gramas	Bls	40	28,00	1.120,00



Handwritten initials and signature



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.337.082/0001-80

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,

CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



39	Cartazes, formato 4, colorido em fotolito, papel couchê 115 gramas	Unid	50	2,50	125,00
40	Personalização de caneca de gin	Unid	50	15,00	750,00
41	Requisição de Exames, formato 16, 100x1 fls, em papel 56 gramas	Bls	50	14,50	725,00
42	Personalização de caneca acrílicas	Unid	60	5,50	330,00
43	Requisição de Combustível, formato 16, 50x2 vias, papel 56 gramas	Bls	70	14,50	1.015,00
44	Requisição de Material, Formato 16, 50x2 Vias, papel 56 gramas	Bls	70	14,50	1.015,00
45	Alvará Sanitário, form. 8, coloridos, papel ap60gramas	Unid	100	4,00	400,00
46	Capas de Ultrassonografia, com corte, form. 4, papel ap 60gramas	Unid	150	2,95	442,50
47	Receituário, form. 16, papel 56 gramas	Bls	220	14,50	3.190,00
48	Cartão programa mun.de hipertensão, form. 16, f/verso, papel 60 gramas	Unid	250	0,82	205,00
49	Cartão vacinação do adulto, form. 08, f/verso, papel 60 gramas	Unid	300	1,35	403,67
50	Cartao de aprazamento, form. 32, frente e verso, papel ap60 gramas	Unid	500	0,55	275,00
51	Cartão de Identificação da Família, form. 32, papel Ap60 gramas	Unid	500	0,55	275,00
52	Envelopes Timbrado, 18/25	Unid	650	0,99	643,50
53	Ficha de Assistência Medica Sanitária 706, continuação, , form. 12, papel 60 gramas, frente e verso	Unid	700	0,65	455,00
54	Ficha de Assistência Médica Sanitária 706, form. 12, papel ap 60 gramas, frente e verso - capa	Unid	800	0,65	520,00
55	Envelopes Timbrado, 24/34	Unid	1000	1,25	1.250,00
56	Folders, formato 8, frente e verso colorido, papel couchê 115 gramas	Unid	1500	1,30	1.950,00
57	Capas de Processo, Formato 4, papel Ap60 gramas 01 cor	Unid	2200	2,35	5.170,00
58	Panfletos, formato 16, colorido em papel couchê 115 grams	Unid	4000	0,80	3.200,00
59	Adesivos	M²	46	115,00	5.290,00
	TOTAL GERAL				53.893,44

2.2. O valor total máximo estimado a ser pago pela execução dos serviços é de **R\$: 53.893,44 (cinquenta e três mil oitocentos e noventa e três reais quarenta e quatro)**, a ser pago pela CONTRATANTE, mediante apresentação de Nota Fiscal que deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá ainda, estar acompanhada dos pedidos, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

CLAUSULA TERCERIA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3. As despesas decorrentes desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária		
Elemento de Despesa	10.122.0002.2.033	Manut. das atividades Adminis. do fundo Mun. De saúde
Fonte de recuso	3.3.90.30.00	Material comum



(Handwritten initials and signature)



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. Este Contrato terá vigência de **11 (onze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA, DO LOCAL, DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS.

5.1. DA FORMA

5.1.1. Os serviços deverão ser prestados obedecendo rigorosamente às cláusulas desta dispensa e Termo de Referência e seus anexos, bem como, às cláusulas deste Instrumento Contratual.

5.2. DO LOCAL

5.2.1 O local de execução dos serviços será descentraliza e in loco e as condições de execução devem seguir as normas da Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. DO PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS

5.3.1 O Contratado terá o prazo de até 24 (vinte quatro) horas para inicia execução dos serviços, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser antecipado ou postergado se assim for entendido e definido pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo como principal objetivo o atendimento de suas necessidades.

5.3.2. A Contratada declara que aceita prestar os serviços, deste contrato com observância das normas da administração, respeitando-se a respectiva legislação, suas regulamentações, disposições conexas pertinentes, bem como as normas e instruções baixadas pela Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo ainda, as eventuais alterações que venham a ser introduzidas nessas normas e as instruções supervenientes, que se presumirão conhecidas pela Contratada, ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal ou protocolo.

5.3.3. A Contratada declara que nenhum dos seus sócios, caso haja, está individualmente credenciado pela prefeitura municipal, para prestação de serviços profissionais com pessoas físicas, ficando entendido que não poderá existir tal credenciamento pessoal de sócio na vigência do presente contrato.

5.3.4. A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se no direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos/procedimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamentos(s) da(s) fatura(s) da Contratada que tenha(m) sido aprovada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A Contratada fica credenciada pela Secretaria Municipal de Saúde/Administração, nos termos do presente ajuste, para prestar atendimento “requisição” ou “autorização” específica deste.

6.2. É expressamente vedado à Contratada ou a qualquer profissional a ela direta ou indiretamente ligado à cobrança (e/ou recebimento) a Secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal qualquer adicional, taxas e/ou complementação não prevista(s) neste contrato, sob pena de rescisão unilateral do presente instrumento, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo de outras sanções administrativas ou judiciais.

6.3. A Contratada reterá, no ato da prestação dos serviços, “requisições” ou “autorizações”, para posterior comprovação dos serviços a serem remunerados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIDADE DO SERVIÇO

7.1. Os serviços ora contratados deverão ser realizados dentro da mais alta técnica e perfeição, sendo que aqueles em que for constatado pela auditoria fiscalização como falha da CONTRATADA, não serão pagos ou em caso de já terem sidos pagos, serão glosados ou exigido o ressarcimento em favor da CONTRATANTE.

7.2. A secretaria municipal de saúde/ administração municipal poderá fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial de que trata a cláusula Primeira.

7.2.1. O direito de fiscalizar, garantido nesta Cláusula, se estende ao servidor designando.

7.2.2. A Contratada proporcionará as facilidades necessárias ao pessoal que a secretaria municipal de saúde/ administração municipal designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada.





7.3. A fiscalização que esta Cláusula terá por objeto, notadamente, as condições para prestação de serviços bem como o controle “a posteriori” dos serviços prestados, cabendo exclusivamente à Contratada integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação realizada; assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará coo-responsabilidade da Secretaria Municipal de saúde/administração municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Caberá à Contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente Termo de Referência:
- Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do material, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo CONTROLE INTERNO;
 - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO através de servidor designado para este fim.
 - Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;
 - Solicitar a reparação do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.
 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
 - Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à estrutura;
 - Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
 - Observar os prazos de recebimento e aplicar as sanções previstas no presente dispensa.

CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Caberá à Contratada, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente Termo de Referência:
- Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.
 - Executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.
 - Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.
 - Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
 - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.
- 9.2. Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.
- 9.3. Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.
- 9.4. Manter seus profissionais inscritos nos respectivos órgãos reguladores, preservando sua habilitação para prestação dos serviços objeto do presente contrato e comprovar anualmente o vínculo de seus empregados junto a estes órgãos.
- 9.5. Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do credenciamento, em especial.
- 9.6. Respeitar e fazer com que seus funcionários respeitem as normas de segurança do trabalho e demais regulamentos em vigor no local de trabalho. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do serviço.
- 9.7. Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a Contratante, os serviços que, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 9.8. Cumprir as Normas Regulamentadoras.
- 9.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e da dispensa.
- 9.10. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente Credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.





GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.337.082/0001-80
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



- 9.11. Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 9.12. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.13. Se submeter às normas vigentes da secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas.
- 9.14. Possuir alvará da Vigilância Sanitária, válido e vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Não obstante o Contratado ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contrato é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do Gestor e Fiscal ora designado.

10.2. Para a fiscalização do contrato a ser firmado o Gestor da prefeitura designará por meio de ato formal o servidor **GEILEIA MARINHO PEREIRA**.

10.3. No exercício da fiscalização dos serviços deve a empresa Contratada, por meio do Fiscal do contrato:

- Se utilizar do procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade;
- Conferir e visitar os relatórios dos procedimentos e serviços realizados pelo Credenciado;
- Avaliar a entrega dos produtos, descontando o equivalente aos não realizados bem como aqueles não aprovados por não conformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Credenciada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;
- Encaminhar à Credenciada o Relatório dos produtos, para conhecimento da avaliação.

10.4. Se contratada pela fiscalização o não atendimento das determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação a serviços contratados poderá ordenar a suspensão, sem prejuízos das penalidades a que a empresa prestadora dos serviços esteja sujeita.

10.5. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Credenciado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado a entrega dos produtos, subsistirá a responsabilidade do Credenciado pela solidez, qualidade e segurança destes serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, sob nenhum pretexto ou hipótese cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, sem autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal, por escrito, sob pena de aplicação de sanção inclusive rescisão contratual.

11.2. Em caso de subcontratação, autorizada pela Administração, esta deverá ocorrer preferencialmente, com microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme inciso II, do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.3. A subcontratação que trata o item anterior não poderá exceder 20% (vinte por cento) do valor total do objeto do contrato. Permanecendo às expensas e riscos da parte Contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais condicionadas no contrato firmado.

11.4. No caso de subcontratação permanecerá íntegra e inalterada a responsabilidade do Contratado, pelo integral cumprimento de todas as obrigações constantes da dispensa e seus anexos e execução do objeto contratado, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor ou transferir para a Contratante nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

11.5. Nenhum encargo trabalhista, inclusive de acidente de trabalho, previdenciário, tributário ou responsabilidade civil de qualquer natureza, decorrente da subcontratação, será imputada ou se comunicará à Contratante.



Handwritten initials and signature



11.6. Em casos de subcontratação para a aquisição dos produtos, aqui, expressamente permitidos, a Contratada exigirá dos eventuais subcontratados, no que couber, os mesmos requisitos que foram exigidos no procedimento de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado para melhor atender ao interesse público, passando então as alterações a fazer parte integrante do Contrato.

12.2. As alterações necessárias ao presente contrato serão formalizadas por intermédio de Termos Aditivos, nos moldes lei federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato de aquisição poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente do pagamento de qualquer penalidade:

I - bilateralmente, por manifesta vontade das partes;

II - unilateralmente, por qualquer das partes contratantes, nas hipóteses descritas na da lei federal nº. 14.133/21;

III - judicialmente, nos demais casos previstos em lei.

§1º - A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, na forma da lei federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, com as consequências previstas em lei e sem prejuízo das demais sanções cabíveis, previstas acima e na dispensa, que faz parte integrante deste ajuste.

§2º Ficam reconhecidos os direitos da **CONTRATANTE** no caso de rescisão administrativa prevista na lei federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

§3º - Na hipótese de exercício da faculdade descrita no inciso II desta cláusula, por iniciativa da **CONTRATANTE**, esta pagará à **CONTRATADA** pelos serviços que lhe forem prestados até a data da rescisão, segundo os critérios estabelecidos nas cláusulas segunda e terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. A inobservância, pela Contratada, de cláusula ou obrigações constantes neste Instrumento Contratual, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, no caso de inexecução total da obrigação;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;

c) Multa de 0,3% (três por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste credenciamento, até no máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública de modo geral, do Município de Cachoeirinha /TO pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os limites legais;

e) Suspensão definitiva dos serviços;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerado, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

14.2. As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal. Caso a Credenciada não tenha nenhum valor a receber do Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

14.3. As multas e penalidades serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Saúde/ Administração Municipal mediante respectivo processo administrativo, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

14.4. Pela inobservância dos termos deste contrato poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.5. Incorrerá nas mesmas sanções do item anterior àquele que apresentar documento fraudado ou Apresentar falsa declaração para fins de habilitação neste processo de credenciamento.

14.6. A imposição de penalidade(s) dependerá da gravidade do fato que a(s) motivar, avaliando-se tanto a situação como as circunstâncias objetivas em que ele ocorreu dentro do devido processo legal.





GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.337.082/0001-80
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



14.7. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas neste contrato não ilidirá o direito da Administração Pública de exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestor, seus usuários e terceiros, independentemente de responsabilidade administrativa, civil ou criminal.

14.8. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a gravidade da infração, facultada o contraditório e a ampla defesa.

14.9. Nenhuma parte será responsável à outra pelos atrasos ocasionados por motivos de força maior e caso fortuito.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


15.1. Fica fazendo parte integrante deste instrumento de contrato, o Processo de Dispensa de Licitação Nº 22/2022 – ADM e seus anexos;

15.2. Fica expressamente eleito entre as partes o Fórum da Comarca de ANANÁS/TO para solução de eventuais dúvidas oriundas deste contrato, com renúncia sobre qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser;

15.3. Estando as partes de pleno acordo com o avençado, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cachoeirinha /TO, 18 de fevereiro de 2022.


SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE
GEANDRO PAIVA DE OLIVEIRA
GESTOR MUNICIPAL


F A R COELHO E CIA LTDA
CNPJ: 06.090.619/0001-10
REPRESENTANTE FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO COELHO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Selene Marques Saraiva

CPF/MF: 011.478.321-30

Nome: [Signature]

CPF/MF: 06345965197

